

**Izabel Sadalla Grispino \***

A época atual tem sua atenção voltada para a sociedade. A desordem social, o alarmante desnível econômico, estão hoje, mais do que nunca, exigindo a necessidade de formar cidadãos conscientes. Uma comunidade consciente de seus direitos passa a agir na sociedade que, articulada, se mobiliza em direção à participação, à solidariedade, à inclusão. O indivíduo começa a entender que sua responsabilidade vai além do pessoal, do familiar, a ter consciência de que a sociedade não é compromisso só do governo e que todo cidadão é governo. A ter consciência de que sociedade é um organismo vivo, mutável, de desejo de realização, de auto-afirmação. A ter consciência da ajuda que necessita para se auto-realizar, criando recursos, meios, condições para isso e não, apenas, estender-lhe a mão, no sentido de filantropia, de paternalismo.

O indivíduo entende que a responsabilidade social deve se traduzir em crescimento para a cidade, em comunidades de sucesso. Entende que pode e deve agir na sociedade, dentro de seu universo, desenvolvendo o sentido de cidadania. Passa a viver no entendimento de que todos têm direitos, assim como têm deveres, igualdade de oportunidades, condenando regalias e privilégios.

O cidadão se forma desde que nasce. A criança, sentindo-se respeitada pelo adulto, tendo suas necessidades atendidas, vai adquirindo a noção de respeito e o respeito vai fazer parte de sua vida. Uma criança que vive, por exemplo, o drama de ter que se afastar da escola para trabalhar e poder comer, como vai entender democracia ou cidadania? Se gritar, apelar, não será ouvida e, não sendo ouvida, não ouvirá também, transgredirá. Essa criança que se vê anulada em seus direitos, em suas necessidades básicas, não entenderá de respeito.

Conceituar cidadania e não praticá-la é perder, para o aprendiz, o seu significado. São pelas atitudes dos adultos que as crianças passam a entender o conceito de justiça. Quando ouvidas, atendidas, vão se colocar na sociedade democraticamente, desenvolver a sociabilidade. É a experiência de vida quem vai lhe ditar a idéia de cidadania e, como reflexo dessa idéia, ela repetirá as atitudes, passando-as avante. O exemplo do adulto é fundamental. Se o adulto é respeitoso, solidário, a criança o terá como referência.

A chave da responsabilidade social está nos atos praticados pelos adultos; se esses atos passarem uma imagem favorável à prática do bem comum, do compromisso com o outro, essa imagem propagar-se-á, do mesmo modo o seu contrário. Além da ação consciente, o adulto deve aprender a ouvir, principalmente em contato com os jovens. Conversar, dialogar, formular normas conjuntamente, não impondo, mas conscientizando, para que esses jovens se sintam responsáveis por suas atitudes. O contato com o adulto determinará sua visão de mundo, seu relacionamento com a sociedade.

A escola contribui com a responsabilidade social, desenvolvendo a consciência crítica da realidade, a compreensão de que o interesse social é mais importante que o individual, a fazer o aluno ver a realização como fruto do esforço comum. Ela deve se tornar um espaço de realização, criar formas de intervenção social, despertando interesse por atividades sociais.

A adolescência é uma fase em que o jovem é idealista, tem necessidade de acreditar em alguma coisa, a fase em que quer mudar o mundo, quando abraça os ideais de liberdade e de igualdade em profundidade. É o momento de a escola canalizar essa energia para ações produtivas no seio da comunidade, montando projetos que o envolva nessas ações. O jovem na adolescência, como diz a psicologia, deixa de ser filho do casal para ser ele próprio e as instituições de ensino devem ser catalisadoras desse potencial juvenil.

Cidadania é reflexo, é vivência, cabe aos pais, aos educadores dar o exemplo no entendimento de que só existe cidadania praticando-a. Começa em casa, na escola, com a educação recebida e vai para a rua com a prática do respeito. Educar para agir com consciência todos os dias; cobrando deveres das autoridades, cuidando da cidade, respeitando as regras sociais. Assim, a criança compreenderá que nasceu para viver e não sobreviver, tendo seus direitos respeitados.

Um aspecto que fere a consciência e imprime fortemente o traço da injustiça social é o trabalho infantil. Crianças e adolescentes que trabalham freqüentam menos a escola. No passado, esse número foi maior, mas, mesmo assim, hoje ainda é grande. Há trabalhadores infantis nas áreas urbanas e rurais. Pesquisas têm mostrado que cerca de metade das crianças e adolescentes que estão trabalhando utiliza produtos químicos, máquinas e ferramentas, com riscos constantes de sofrer acidentes. Esta parcela é maior entre os trabalhadores do campo, que somam 43% das crianças e adolescentes de 5 a 17 anos que têm alguma atividade.

Também, serviço doméstico, distância e falta de vagas são outros motivos que afastam crianças e jovens da escola. Segundo O IBGE, o nível de escolaridade, entre pessoas de 5 a 17 anos, cresce de acordo com a faixa do rendimento familiar. Em famílias que ganham até 1/2 salário mínimo, esta faixa ficou em 83,1%. Já em famílias com rendimento até 10 salários mínimos ou mais, o nível de escolaridade sobe para 97,9%.

A má distribuição de renda responde pela sofrida desigualdade social. Crianças que deveriam estar na escola ou brincando arcam, prematuramente, com a responsabilidade de sustentar-se e ajudar no sustento da família.

O Estatuto da Criança e do Adolescente diz que é proibido qualquer trabalho a menores de 14 anos, a menos que seja na condição de aprendiz. São aprendizes os adolescentes que recebem formação técnico-profissional, que deve ser dada sem prejudicar o ensino regular. Os maiores de 14 anos que trabalham têm assegurado o seu estudo. Os aprendizes maiores de 14 anos devem receber direitos trabalhistas como os adultos. Nenhuma criança ou adolescente pode trabalhar à noite, nem realizar atividades perigosas ou em ambientes que sejam prejudiciais ao seu desenvolvimento. O Estatuto também garante o direito à educação: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, o direito de ser respeitado pelos educadores, o acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

A realidade social é pesada, profundamente desigual. Entre nós, um terço da população vive na miséria. O pressuposto da cidadania é a igualdade de direitos e diante de tamanha desigualdade, para conquistá-la, haverá ainda muitas léguas a percorrer, muita estrada pela frente. Contudo, estaremos dando uma grande contribuição se educarmos a criança e o jovem dentro dos princípios de justiça, de ética, de solidariedade, se os ensinarmos a enfrontar-se nas causas sociais, aprendendo, na prática, o sentido de democracia e de cidadania.

**\* Supervisora de ensino aposentada. □□ □□□ □**  
**(Publicado em setembro/2003)**